

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Perda bilionária com sonegação de combustível	2
Título: Furto de energia afeta preço e qualidade	4
Título: ‘O custo da fraude é repassado na tarifa’	7
Título: Prejuízo no Rio corresponde à previsão de déficit do orçamento	8
Título: Estatais só investem 37,4% do planejado	9
Título: ‘Eu voltei’	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Botijão de gás já subiu 84,31% nas refinarias	11
Título: Estatais só investem 37,4% do programado	11
Título: Notas	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Gás de cozinha sobe de novo e acumula alta de 68% desde agosto	14
Título: Evo Morales se reúne com Temer em busca de novo acordo do gás	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Ouro no Pará I	16
Título: Estatais precisam cortar mais	16
Título: Menos investimentos	19
Título: Gás fica mais caro	19
VEÍCULO: Valor Econômico	20
Título: Estatais federais cortaram 26 mil funcionários até setembro	20

Título: Quatro grupos se articulam para disputar gasoduto TAG	22
Título: BMW e EDP investem R\$ 1 milhão em recarga	23
Título: Destaques	24
Título: CVM vê irregularidade em aumento de capital da Coelba	25
Título: Vale reduz meta de endividamento para US\$ 10 bilhões.....	26
Título: Curtas	28
Título: Produtor de cana quer receber prêmio	28
Título: Petros quer reduzir fatia em empresas	29
Título: Participantes questionam plano para cobrir déficit	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Perda bilionária com sonegação de combustível

Prejuízo no setor é de R\$ 5 bilhões por ano no país. Maior preocupação é com a indústria de liminares

As perdas com sonegação de impostos sobre combustíveis chegam a R\$ 5 bilhões por ano no Brasil. Valor correspondente ao necessário para duplicar 1.100 quilômetros de estradas ou pagar o salário anual de cem mil policiais.

Uma das maiores dificuldades para combater as fraudes no segmento, segundo entidades que representam o setor, é a indústria de liminares, estratégia das distribuidoras fraudulentas para postergar o pagamento ou deixar de recolher impostos.

Essa foi uma das principais preocupações levantadas no painel "Combustíveis: como a sonegação e a inadimplência se refletem na economia e na sociedade fluminense". Como o valor pago em tributos equivale a quatro vezes a margem bruta do setor (R\$ 2,33 de cada litro de gasolina, por exemplo, é para pagar impostos), as empresas que trabalham na legalidade se dizem vítimas de uma prática predatória por parte dos sonegadores.

No Estado do Rio, a perda com sonegação é estimada em R\$ 400 milhões ao ano. — Em todos os estados somos o setor que mais contribui com a arrecadação de ICMS, mas um setor extremamente vulnerável porque a relação de margem e tributo é muito atípica.

Isso requer um nível de atenção quando se olha sob a ótica de concorrência, diferentemente de quando se olha em outro setor — analisa Helvio Rebeschini, diretor de Planejamento Estratégico e Mercado do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom).

Para se ter uma ideia do tamanho do problema no Estado do Rio, há, hoje, praticamente 94 mil processos em que se questiona o pagamento de ICMS tramitando em uma única vara, que tem somente dois juízes, ressaltou Rebeschini. Além disso, informa o diretor, R\$ 50 bilhões foram inscritos na dívida ativa do país, nos últimos dez anos, referentes a pagamento de ICMS, e R\$ 4 bilhões na dívida ativa do estado.

No entanto, 60% desse valor nunca serão recuperados, porque são débitos de empresas que não existem mais. — Temos enfrentado muitos pedidos de liminares de segurança para não pagar o tributo ou adiar seu pagamento e constantes mudanças de legislação. Um terço do etanol vendido no estado tem o ICMS questionado.

Essas empresas usam o sistema judiciário, com direito ou não, mas no final, na maioria das vezes, o tributo não é pago. O Estado até ganha, mas o dinheiro não existe, pois a empresa já fechou — alerta o diretor do Sindicom.

COMPETIÇÃO DESLEAL

Ele sugere que a Justiça passe a reter em juízo, durante a tramitação do processo, os valores questionados, para que não sejam usados pelos sonegadores com o objetivo de levar vantagem sobre os adimplentes. Paulo Miranda Soares, presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), diz que o uso da Justiça para deixar de recolher tributos já virou um modelo de negócio: — Eu não consigo competir com o vizinho que sonega impostos.

Ele joga para baixo o preço do litro e passa a vender muito mais. Ele questiona se pode primeiro vender para depois pagar o tributo e não recolhe nunca. É um modelo de negócio. E a morosidade da Justiça é outro problema, porque se demorar dois ou três anos para cassar essa liminar, o cara já ficou rico e foi embora do país.

IMPUNIDADE É MAIOR ESTÍMULO

Para o procurador-chefe da dívida ativa do Estado do Rio, Marcus Vinícius Barbosa, a alta carga tributária que incide sobre o setor pode até motivar a sonegação, mas o real estímulo ao sonegador é a impunidade. — O modelo atual de cobrança da dívida é ineficiente e hoje não existem instrumentos de combate criminal.

O Brasil é um dos poucos países democráticos do mundo que têm um modelo judicial de cobrança. Nos demais, acontece pela via administrativa, porque é muito mais eficiente fazer a cobrança tão logo ela surja — analisa o procurador, lembrando que 40% do total de processos que tramitam no país são de execução fiscal.

Até sexta-feira passada, o Sonegômetro, ferramenta criada pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional para medir o tamanho do rombo causado pelo não recolhimento de impostos, acumulava perda de R\$ 520 bilhões desde o dia 1º de janeiro deste ano, considerando todos os segmentos da economia, não apenas o de combustíveis.

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, subsecretário-geral de Fazenda do Rio, disse que a pasta está envolvida em duas ações de combate à sonegação no estado: integração do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne os ministérios públicos e delegacias de polícia, além da Fazenda, e a realização de barreiras fiscais.

— No Cira, estamos promovendo uma maneira mais assertiva de ir atrás das empresas e coibir a prática. Também já apreendemos mais de quatro milhões de litros de combustíveis que estavam sendo transportados sem notas, em barreiras fiscais.

Para mais de 60% desses produtos não aparece ninguém para fazer resgate, reforçando que os responsáveis trabalham na ilegalidade. É preciso atuar na fiscalização com os setores de inteligência — completou o subsecretário.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Furto de energia afeta preço e qualidade

Volume roubado no Rio daria para abastecer o estado do Espírito Santo.

Classes média e alta respondem por 52% dos 'gatos', segundo a Light

As concessionárias de energia que atuam no Rio contabilizam números nada animadores. O furto já responde por 22% do total de eletricidade que a Light distribui todos os anos aos 31 municípios que atende, incluindo a capital e a Região Metropolitana. Uma quantidade de energia suficiente para abastecer o estado do Espírito Santo e muito acima da média nacional de 7%, segundo a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Outro dado alarmante é quem está por trás do furto: 52% das perdas são em áreas de classe média e alta, de acordo com a empresa. Os demais 48% estão concentrados em áreas de risco, locais a que a companhia, geralmente, não consegue ter acesso para fazer a fiscalização.

Um problema que coloca em xeque a qualidade do serviço e afeta toda a cadeia do setor. Os dados foram apresentados no painel “Furto de energia”, que reuniu executivos de grandes distribuidoras. Para o presidente da Light, Luís Fernando Paroli, o elevado percentual de furto em áreas de classes média e alta chama a atenção porque, no caso do Rio, existia a percepção de que essa prática estava concentrada em bairros considerados perigosos.

— A questão do furto de energia no Rio passa por várias questões, incluindo a internalização do ilegal como natural. Além disso, é muito intrigante que mais da metade dos roubos esteja em áreas onde os consumidores têm condições de pagar pela energia — destaca Paroli.

A italiana Enel, que no Brasil é dona da antiga Ampla e responde pela distribuição de energia em 66 cidades do estado, também é vítima recorrente de ‘gatos’. Segundo dados da empresa, o Rio apresenta o maior índice de perda de energia em toda a sua área de concessão no mundo, com 20,4% do total.

O índice supera o furto registrado em países onde a Enel atua como Argentina, Romênia, Espanha, Peru, Colômbia, Chile e Itália. — É uma área de concessão complexa. Isso precisa ser debatido para que se mude a cultura do furto de energia no Brasil, que é disseminada — afirma o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli.

Segundo a Enel, nos últimos 12 meses, o prejuízo com furto de energia alcançou R\$ 95 milhões. Se a cifra fosse faturada, aponta Zorzoli, toda a cadeia produtiva seria afetada positivamente, pois tributos importantes como ICMS seriam recolhidos.

A Energisa, que atua em cinco regiões do país e atende 788 municípios, com cerca de 6,5 milhões de consumidores, ressalta que o furto de energia é uma atitude que coloca em risco toda a cadeia produtiva do setor elétrico, além de prejudicar o próprio consumidor. — Se a energia é furtada, a empresa não

recebe, o Estado não arrecada imposto e, consequentemente, serviços deixam de ser prestados à população — diz o diretor-presidente da Energisa, Gioreli de Sousa Filho.

Não são apenas as empresas que perdem receita e os governos que perdem arrecadação. O furto de energia acaba elevando a conta de luz até daqueles que não fazem ‘gatos’. De acordo com a Light, os consumidores pagam, anualmente, 17% a mais devido aos furtos. — Se a pessoa paga R\$ 100, por exemplo, ela passa a pagar R\$ 117.

Esse valor é diluído em 12 meses. Se não houvesse furto, os clientes da Light economizariam — explica Paroli. Outro desafio enfrentado pelas distribuidoras é o combate a furtos em áreas de risco. Segundo as empresas que atuam no Rio, a crise financeira do estado dificultou ainda mais a coibição de ‘gatos’, uma vez que a fiscalização depende de escolta policial.

O menor investimento em segurança, além da crise nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), são os principais motivos apontados para que não se consiga diminuir ligações ilegais em áreas dominadas pelo tráfico. — Em comunidades dominadas pelo tráfico, só é possível enviar agentes de fiscalização com a ajuda da polícia, pois esses lugares estão sob a gestão de criminosos. Nós sabemos que existem pessoas que pagam a energia em áreas de risco, mas não podemos oferecer serviço de qualidade a elas, pois não podemos ir até esses bairros.

O Rio é um local complexo para se trabalhar, e sem apoio do Estado é impossível fiscalizar — destaca Zorzoli, da Enel.

ÁREAS DE RISCO

Segundo levantamento da concessionária, Duque de Caxias e Magé, na Baixada Fluminense, São Gonçalo e Itaboraí, na Região Metropolitana, e Maricá, na Região dos Lagos, são os locais mais críticos. Nessas áreas, destaca a companhia, é impossível fiscalizar ou combater ilegalidades. A Light também elege a Região Metropolitana do Rio e a Baixada Fluminense como os locais mais difíceis de se combater fraudes na distribuição.

— Obviamente nas áreas de risco temos dificuldades, pois não conseguimos chegar até lá. Precisamos dos poderes públicos estadual e municipal para nos ajudar nesse combate.

Temos convênios com as polícias civil e militar. Os agentes acompanham algumas inspeções em áreas de risco, mas isso nem sempre é possível. Essa é uma das grandes barreiras que precisam ser quebradas — afirma Paroli, da Light.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: 'O custo da fraude é repassado na tarifa'**

Ex-diretora da Aneel diz que furto de energia também afeta meio ambiente, já que aumento do consumo leva ao maior uso de termelétricas

Para a professor da FGV e ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Joisa Dutra, a população precisa entender que ela também é prejudicada pelo furto de energia, pois a fraude tem reflexos sobre a tarifa.

Há uma cultura do furto no Rio. Como combatê-la?

As pessoas precisam entender que elas são penalizadas, mais do que a concessionária, pois o custo da fraude é repassado na tarifa. Existe uma fronteira nessa realidade que é muito difícil de se reverter. Todos esses aspectos precisam ser entendidos pela população, para que cada um de nós possa contribuir com o combate à fraude.

Qual o impacto do furto na tarifa?

A companhia arca com cerca de 25% (do custo do furto). Mas 75% recaem sobre o consumidor. O que o órgão regulador faz, na hora de determinar a tarifa, é garantir que aqueles custos e os investimentos feitos por uma concessionária possam ser cobertos por meio da cobrança da tarifa. Então, se existem elementos que estão para além do controle da concessionária, como todas essas áreas e condições subnormais no Rio, é preciso que esse concessionário seja compensado por isso. Então, o efeito é extremamente perverso.

O furto também causa danos ao meio ambiente. De que forma?

Grande parte do consumo marginal é atendido por geração termelétrica, muitas vezes por combustíveis como o óleo diesel, bastante poluente. Então, o efeito é uma geração de gases de efeito estufa em grande quantidade. Na Região Norte do país, por exemplo, particularmente atendida por termelétricas, um aumento do consumo relacionado ao furto traz mais prejuízos para o meio ambiente. Não dá para pensar em política energética integrada que não combata perdas de furto. É preciso entender o seguinte: ilegal, e daí? Sim, ilegal porque eu pago, e porque é um crime.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Prejuízo no Rio corresponde à previsão de déficit do orçamento**

Sonegação de ICMS no estado, considerando todos os setores econômicos, chega à marca de R\$ 10 bilhões por ano

Se o Estado do Rio conseguisse reaver o montante que é sonegado de ICMS, uma das principais fontes de renda do governo estadual, seria possível fechar o orçamento de 2018 sem déficit. De acordo com dados informados pelo presidente da Comissão de Tributação da Alerj, o deputado estadual Carlos Roberto Osório (PSDB), a sonegação do imposto chega a R\$ 10 bilhões no Rio, o valor exato do déficit previsto para o ano que vem. — O estado não tem alternativa a não ser combater a sonegação.

É dinheiro indo para o bolso de bandido e picareta em vez de ajudar a equilibrar as contas públicas. O Rio está à beira de um colapso social por causa da paralisação dos serviços públicos. Combater a sonegação virou questão de sobrevivência — destaca o parlamentar. Segundo Osório, o aumento de receita não pode ser pautado por alta de carga tributária, o que fomentaria a sonegação.

Segundo ele, os principais setores que contribuem para a arrecadação do ICMS é onde há mais sonegação: combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e bebidas. — São setores muito problemáticos. Com relação aos combustíveis, isso decorre, especialmente, do fato de que o ICMS no Rio sobre esses produtos ser o mais alto do Brasil. Isso fomenta a sonegação em larga escala.

Eduardo Gussem, procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio, endossou o discurso do deputado e pediu união para combater a sonegação: — Esse será o foco de 2018. Temos feito grandes operações para reprimir o furto de óleo direto dos dutos. Essas ações preventivas são fundamentais. Não há espaço para grandes protagonistas, para uma liderança única. Temos de fortalecer as estruturas.

Para reduzir a sonegação fiscal no estado, a Alerj aprovou a criação de uma nova vara de Fazenda Pública, responsável por julgar ações contra sonegadores. Ela ajudaria a desafogar a 11ª vara, onde estão concentrados 94 mil processos de questionamento de pagamento de ICMS, nas mãos de apenas dois juízes.

— Precisamos melhorar a capacidade operacional da secretaria de Fazenda para o combate às fraudes. Por isso, foi criada uma nova vara de Fazenda Pública,

para uma reestruturação do Judiciário. Agora, só precisamos garantir o orçamento para que ela comece a funcionar no primeiro semestre do ano que vem — disse Osório.

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA ALERJ

O deputado informou ainda que quer colocar em votação na Alerj, até o fim do ano, dois projetos de lei de combate à sonegação. Um deles prevê que o dono de posto de combustível que tiver adulterado bombas para lesar o consumidor terá a licença de funcionamento cassada e não poderá abrir nova empresa nesse ramo por cinco anos.

Só no ano passado, o Instituto de Pesos e Medidas (Ipem-RJ) identificou 394 bombas adulteradas em postos de combustíveis do estado. O outro projeto institui o Regime Especial de Controle, Fiscalização e Pagamento a que estará sujeito o contribuinte de ICMS considerado devedor costumaz.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente

Título: Estatais só investem 37,4% do planejado

Número de funcionários em empresas como Petrobras, Eletrobras e BB caiu 46 mil desde 2014

Enquanto o setor produtivo começa a retomar o investimento, as empresas estatais estão na contramão. Em 2017, houve uma desaceleração nos desembolsos feitos pelas companhias federais. Elas investiram pouco mais de um terço do que estava programado para este ano. De janeiro a setembro, dos R\$ 91,5 bilhões estimados, apenas 37,4% foram investidos.

Isso significa que somente R\$ 34,3 bilhões foram aplicados. É o menor volume desde 2008, quando o mundo mergulhou na crise financeira por causa da quebra do setor imobiliário dos Estados Unidos. As estatísticas do Ministério do Planejamento não levam em conta os dados dos últimos três meses deste ano, que serão conhecidos no início do ano que vem. De janeiro até setembro, a Petrobras foi a estatal que mais investiu.

o entanto, desembolsou apenas 40% do que estava projetado. Ela também foi uma das empresas que mais enxugou o quadro para tentar se reerguer. Um movimento nada isolado entre as estatais e que deve continuar. Programas de incentivos para demissões voluntárias estão em alta. Desde 2014, foram cortados 46 mil postos de trabalho.

Em 2017, o trabalho dos departamentos de Recursos Humanos foi mais intenso. Isso porque a maior parte dessas demissões foi feita este ano: 26.336 funcionários deixaram as empresas nos três primeiros trimestres. De acordo com boletim trimestral das estatais, a petroleira demitiu 7,95% dos servidores. Foram cortados 4.019 empregados. Já o número de cargos na Caixa Econômica Federal diminuiu 7,58%.

O Planejamento informou que 7.199 deixaram a instituição financeira, que fez um programa de demissão voluntária. Os Correios dispensaram 7.129 pessoas, e o Banco do Brasil demitiu 2.676 empregados. Hoje as estatais empregam 506.852 pessoas. — O objetivo é recuperar estatais, reduzir custos, elevar produtividade. Aproximá-las de indicadores de mercado, e as estatais têm que apresentar sustentabilidade — explicou Fernando Antônio Ribeiro Soares, secretário de empresas estatais do Planejamento.

— E o número de funcionários deve ficar ainda menor que esses 506 mil. Terminar 2017 com menos de 500 mil nas estatais é plenamente factível de se realizar. Todos esses cortes foram motivos da melhora das contas das empresas federais. O resultado líquido das estatais em 2015 foi de déficit de R\$ 32 bilhões. Ficou no azul em R\$ 4,6 bilhões no ano passado.

Até o terceiro trimestre deste ano está com lucro de R\$ 23,2 bilhões. No mesmo período de 2016, havia um desempenho positivo de R\$ 8,7 bilhões. Os conglomerados (BB, BNDES, Caixa, Eletrobras e Petrobras) representam mais de 95% dos ativos das empresas federais. Também foi ressaltado o aumento do valor em bolsa das ações de empresas estatais.

Os papéis da Petrobras subiram 7,8% no terceiro trimestre deste ano frente a igual período do ano passado. O valor de mercado da petroleira chegou a R\$ 203 bilhões. Já as ações do Banco do Brasil aumentaram 53,1%. O valor de mercado da instituição financeira chegou a R\$ 100 bilhões. Além de melhorar o caixa das empresas, a equipe econômica quer diminuir o número de companhias sob a tutela do Estado.

Atualmente, há 149 empresas do governo federal. Em 2016, elas eram 154. O movimento de redução deve continuar nos próximos anos, numa tentativa do governo de enxugar gastos e aumentar eficiência. Um exemplo é a venda do controle da Eletrobras, que sairá das mãos do governo. O projeto de privatização está na Casa Civil e deve ser encaminhado ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Também entram na lista de empresas que devem sair do guarda-chuva do Estado as subsidiárias da Petrobras. — O último pilar que temos para continuar enfrentando é o equilíbrio fiscal. Nessa busca, o ajustamento do tamanho do

estado é necessário. Isso reflete também na redução do número de estatais — frisou o secretário.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: 'Eu voltei'

Eduardo de Salles Bartolomeo deve voltar pela 3ª vez à diretoria da Vale. Deve ser diretor de Metais Básicos, sucedendo Jennifer Maki, única mulher na diretoria, que deixa a mineradora. Bartolomeo chegou a ser cogitado para dirigir a Vale, cargo que ficou com Fabio Schvartsman.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Denise Luna

Título: Botijão de gás já subiu 84,31% nas refinarias

O botijão de gás ficou 84,31% mais caro nas refinarias da Petrobrás neste ano. Ontem, a empresa anunciou novo aumento, de 8,9%, o oitavo em 2017. O motivo, segundo a empresa, foi o mesmo de meses anteriores. "O reajuste foi causado principalmente pela alta das cotações do produto nos mercados internacionais", como informou em nota. Para o consumidor, no entanto, a alta não foi sentida da mesma forma. Indicador de inflação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) captou alta de 12,2% até novembro, segundo o pesquisador André Braz.

Esse porcentual de aumento de preço para o consumidor não inclui o reajuste válido a partir de hoje, que só aparecerá nas pesquisas de dezembro, divulgadas em janeiro. De qualquer forma, assim como nos outros meses, o esperado é que, também neste, o aumento na ponta não tenha a mesma intensidade: "A concorrência não deixa o reajuste chegar com essa potência para a população."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues

Título: Estatais só investem 37,4% do programado

Previsão era que em 2017 investimento das empresas do governo seria de R\$ 91 bi.

As empresas estatais federais brasileiras investiram até setembro apenas 37,4% dos R\$ 91,5 bilhões programados para este ano, de acordo com o Boletim das Empresas Estatais referente ao terceiro trimestre de 2017, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento.

"A Petrobrás e a Eletrobrás, que são as principais responsáveis pelos investimentos, estão em processo de reestruturação. Então era esperado que os investimentos caíssem. O fundamental agora é desalavancar essas empresas, ou seja, reduzir as suas dívidas", avaliou o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

A Petrobrás, porém, foi a que registrou maior parcela de investimentos. Executou pouco mais de 40% dos investimentos que foram programado; estatais do setor financeiro, 26,7%; e Eletrobrás, 23,4%.

Soares mostrou que o endividamento das empresas estatais federais, que chegou a R\$ 544 bilhões em 2015, caiu para R\$ 437 bilhões em 2016 e estava em R\$ 409 bilhões até setembro deste ano. "O endividamento já caiu em cerca de 25%, o que é positivo", considerou Soares.

O secretário também destacou a melhora do resultado das companhias. Em 2015, as estatais federais tiveram um prejuízo de R\$ 32,024 bilhões, que foi revertido em um lucro de R\$ 4,597 bilhões no ano passado. E, até setembro deste ano, a lucratividade das maiores empresas federais (como Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil e BNDES - que apresentam balanços trimestrais) já chegava a R\$ 23,2 bilhões.

Empregados. O boletim mostra ainda que o número de empregados nas estatais federais caiu de 533.188 para 506.852 entre o fim de 2016 e setembro deste ano. "Tivemos uma queda de mais de 26 mil empregados neste ano e voltamos para o patamar de 2011. Vamos acabar o ano com menos de 500.000 funcionários nessas empresas. Mas é importante lembrar que o nosso programa de desligamento (PDV) é voluntário", acrescentou Soares.

Do orçamento de R\$ 1,3 trilhão para as estatais em 2017, 73% foi executado nos nove primeiros meses do ano. No fim de setembro, havia 149 estatais federais, sendo 101 de controle indireto e 48 de controle direto. No terceiro trimestre deste ano, houve redução de uma estatal, com a saída da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) - que era uma subsidiária da Petrobrás.

"Vamos reduzir ainda mais (o número de estatais) em 2018. A ideia é reduzir essa quantidade mais um pouco", afirmou Soares, sem detalhar quais empresas serão desestatizadas. "O ajustamento do Estado passa pela redução do número de estatais. A ideia por exemplo, é que a Petrobrás se mova para as áreas foco

de exploração e refino, mas pensamos em fazer reduções de subsidiárias de outras empresas", completou o secretário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Neoenergia sofre pressão para baixar preço em IPO

Faltando dez dias para a precificação de sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), a Neoenergia não tem atraído investidores para o intervalo de preço sugerido ao papel, de R\$ 15,02 a R\$ 18,52, valor que avalia a empresa entre R\$ 17 bilhões e R\$ 21 bilhões. Investidores afirmam que a empresa, no atual preço, possui um baixo desconto em relação a outras do setor já listadas e que têm melhor histórico. Uma eventual queda de preço para emplacar a oferta é uma questão sensível, visto que os acionistas da empresa - a espanhola Iberdrola, Banco do Brasil e Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) - já discordaram sobre valores no início do segundo semestre, o que arrastou o IPO, que inicialmente deveria ocorrer em outubro, para dezembro.

» Disputa.

Pesa ainda contra a oferta da Neoenergia neste mês uma forte concorrência com outras operações, como a da gigante BR Distribuidora e do Burger King Brasil. Procurada, a Neoenergia não comentou.

» Fazendo contas.

Acionistas minoritários da Renova Energia, controlada pela Cemig, já começaram a avaliar quais serão seus direitos com o aporte primário de R\$ 1,4 bilhão da Brookfield na companhia, que ainda está em negociação. Surgiram dúvidas se haveria uma injeção de recursos secundária, na qual a Cemig embolsaria R\$ 400 milhões, muito embora a sinalização dada pela Renova era a de que a oferta não contemplava a compra de participação de atuais acionistas. Os minoritários estão fazendo as contas na ponta do lápis de quanto representaria, de fato, a entrada da Brookfield para o preço da ação da Renova. Alguns minoritários chegaram ao valor de R\$ 8,72, sendo que o valor ofertado pela Brookfield por unit foi de R\$ 6,00.

» Porém.

O entendimento desse grupo é que com a mudança de controle da empresa será necessária uma oferta pública de aquisição (OPA), oferecendo o mesmo valor atribuído à companhia na negociação com a Brookfield. A entrada de recursos na Cemig, no entanto, pode não corresponder a dinheiro extra, mas sim a pagamento de mútuos, ou seja, uma dívida que a Renova possui especificamente com a Cemig GT. Ao menos é o que explica parte do mercado.

» **Sustentação.**

As dúvidas sobre um possível aporte secundário surgiram depois que executivos da Cemig indicaram em teleconferência que a empresa teria a receber entre R\$ 350 milhões e R\$ 400 milhões com o aumento de capital da Renova, sem detalhar porque receberia esse valor, levando a diferentes interpretações. Procurada, a Cemig não quis explicar a declaração. A falta de transparência sobre a negociação entre controladores e Brookfield, aliás, também tem irritado os minoritários, que há meses pedem mais explicações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Gás de cozinha sobe de novo e acumula alta de 68% desde agosto

Desde junho, política de preços considera cotações internacionais

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (4) novo aumento no preço do gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos. Desta vez, a alta será de 8,9%, em média, e vale a partir desta terça (5). Desde que a Petrobras iniciou o ciclo de alta, em agosto, o reajuste acumulado chega a 67,8%.

De acordo com a empresa, se o repasse do reajuste desta segunda for integral, o preço do botijão nas vendas subirá 4%, ou R\$ 2,53. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural ou Biocombustíveis), o preço médio do botijão na semana passada era R\$ 65,64

"O reajuste foi causado principalmente pela alta das cotações do produto nos mercados internacionais", disse a Petrobras em comunicado.

Para o produto vendido em vasilhames maiores ou a granel, mais usado por consumidores comerciais ou industriais, houve aumento de 5,3% na semana passada. Desde 2003, a estatal pratica dois preços para o gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha): um para os botijões menores e outro para grandes vasilhames.

A diferença visava preservar os consumidores mais pobres, para os quais o botijão de gás tem grande peso no orçamento familiar.

Em junho, a Petrobras instituiu nova política de preços, que considera as cotações internacionais, a taxa de câmbio e a margem de lucro.

No caso do produto vendido para o mercado industrial, a conta inclui ainda o custo de importação. Um dos objetivos é eliminar os subsídios que vinham sendo concedidos ao botijão desde o início do primeiro governo Lula.

De acordo com o Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), o preço praticado pela estatal está hoje 1,3% abaixo das cotações internacionais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

Título: Evo Morales se reúne com Temer em busca de novo acordo do gás

Boliviano manteve relações, apesar de críticas ao impeachment

O presidente da Bolívia, Evo Morales, visita nesta terça-feira (4) o colega Michel Temer em busca da renovação do acordo de compra de gás natural com o Brasil, apesar das diferenças políticas entre os dois líderes.

Embora considere um golpe o impeachment de Dilma Rousseff, que levou Temer ao Planalto, Morales manteve contato por questões comerciais —o Brasil é o principal destino das importações bolivianas, 19% do total.

Desse total, 95% é de gás natural. As importações, porém, sofreram uma queda de 13% entre 2015 e 2016 e seguem em baixa no acumulado de janeiro a outubro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

A diminuição das compras brasileiras de gás afetou a economia boliviana, embora não tenha impedido o país de crescer. A intenção de La Paz é antecipar o acordo atual, que vence em 2019, para conseguir preços melhores.

Outros dois temas a serem discutidos no encontro devem ser a venda de energia elétrica ao Brasil e a construção da Ferrovia Interoceânica, projeto de 3.500 km entre os portos de Santos e Ilo, no Peru, passando pela Bolívia.

A visita havia sido acertada em 6 de outubro, em reunião dos chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Fernando Huanacuni, mas foi adiada duas vezes devido a problemas de saúde de Temer.

A previsão é que os dois presidentes se reúnam às 11h e, na sequência, o boliviano almoçará no Palácio do Itamaraty. O país andino, porém, não informou se ele irá a outro evento no Brasil.

Morales vem ao Brasil em meio a uma crise política provocada pela decisão do Tribunal Constitucional Pluri-nacional (a Suprema Corte boliviana) que o autorizou a disputar um quarto mandato de presidente em 2019.

A sentença contrariou o resultado do referendo de fevereiro de 2016, em que 51% dos eleitores votaram por proibir a nova reeleição, foi repudiada pela oposição e provocou manifestações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Ouro no Pará I

Brasília-DF

A 6ª Turma do TRF da 1ª Região julga amanhã a ação que suspendeu o projeto de mineração de ouro da empresa canadense Belo Sun no município de José Porfírio, centro-oeste do Pará. O MP e a Funai alegam que o projeto não está adequado para funcionar em área indígena, mesmo a mais de 12km do território protegido.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Estatais precisam cortar mais

O governo pretende encerrar o ano com menos de 500 mil funcionários nas 149 empresas estatais federais em operação atualmente. Conforme dados do 4º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado ontem pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, até setembro, havia 506,8 mil integrantes do efetivo das companhias sob o controle direto ou indireto da União. É o menor patamar desde dezembro de 2011, quando havia 515,1 mil empregados, mas ainda está acima dos 497 mil de 2010.

“Terminar 2017 com menos de 500 mil funcionários é plenamente factível”,

garantiu o secretário da Sest Fernando Antônio Soares, ontem, durante a apresentação do boletim, na sede da pasta. “Em maio, quando tínhamos 533 mil funcionários nas estatais, a nossa previsão era encerrar o ano com 513 mil, mas hoje já estamos com 506,8 mil e ainda temos PDVs (Programa de Desligamento Voluntário) em curso, que serão reabertos. Vamos dobrar a meta inicial (de 20 mil para o ano)”, afirmou.

Segundo Soares, faltam ser contabilizados os resultados de vários PDVs abertos neste ano, como o da Casa da Moeda, o da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), o da Dataprev, o da Valec e o da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTE). O PDV da Eletrobras teve a adesão de apenas 668 empregados até outubro. O dos Correios foi reaberto neste ano e, até o mês passado, havia registrado a saída de 6,2 mil pessoas. “O PDV da Infraero, iniciado em 2015, é contínuo e faz o quadro da empresa cair de 14 mil para 10 mil empregados”, disse.

De acordo com o secretário, em relação a 2015, quando havia 550,2 mil funcionários, a redução foi de 7,9%, o equivalente a 43,4 mil pessoas. No boletim do segundo trimestre, as estatais eram 150, incluindo a Indústria Carboquímica Catarinense SA (ICC), subsidiária da Petrobras, que foi liquidada em assembleia no início de setembro. “Redução de custos, aumento de produtividade das estatais. É isso que buscamos”, frisou o secretário, sem revelar qual é a meta para o total de estatais federais.

Especialistas defendem a redução do número de estatais como forma de limitar o tamanho do estado e de melhorar a gestão dessas empresas. “O ideal é desestatizá-las, como o governo vem sinalizando para reduzir os gastos da União. O problema é que isso vai demorar muito, porque o processo de privatização é demorado. Esse governo conseguirá menos do que está propondo. Mas o ideal seria privatizar o maior número possível”, avaliou o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria.

O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, vê na privatização das estatais uma das saídas para a crise fiscal porque, além de empregar mais de 500 mil servidores, elas movimentam R\$ 1,3 trilhão de recursos da União, o “equivalente ao PIB da Argentina”. “As estatais são a Disneylândia dos corruptos. Estão em quase todos os escândalos que vivenciamos como o dos Correios e o da Petrobras”, criticou ele, acrescentando que “existe uma falência completa do controle”.

“A nova lei das estatais não vai impedir indicações políticas porque, infelizmente, os funcionários de carreira é que foram cooptados nesses casos de corrupção devido à falta de transparência dessas empresas”, alertou. De acordo com o chefe da Sest, o processo para a privatização de seis distribuidoras de

energia da Eletrobras no Norte e no Nordeste que estava previsto para este último bimestre do ano não será realizado. “O Conselho de Administração pediu mais tempo para analisar as propostas. A previsão é que os leilões ocorram em abril de 2018”, afirmou ele, acrescentando que “é normal” esse tipo de atraso, porque existem muitos detalhes a serem definidos antes de as empresas irem a leilão.

Soares reforçou que um dos principais PDVs mais recentes, o da Eletrobras, teve 80% do público esperado de adesão, e lembrou que “está avançando” o Projeto de Lei para a privatização da companhia por meio do aumento de capital, sem a participação da União, diluindo o controle e eliminando o regime de cotas.

Eletrobras

Para o economista Juan Jensen, da 4E, o modelo proposto pelo MME para que a desestatização da Eletrobras seja feita em moldes parecidos ao da Vale pode ser positivo. “Esse processo será mais rápido ao diluir o controle da estatal no mercado, ainda que o governo fique com poder de veto em várias questões. A União deixa de ser a controladora e isso poderá gerar mais eficiência na gestão da companhia”, destacou.

Enxugamento

Governo prevê encerrar o ano com menos de 500 mil funcionários nas empresas estatais

Quadro de pessoal de todas as estatais

2010	497.613
2011	515.139
2012	538.166
2013	549.536
2014	552.956
2015	550.208
2016	533.188
2017*	506.852

**até setembro*

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel****Título: Menos investimentos**

A rentabilidade das estatais vem melhorando desde a mudança de governo, mas parte disso se deve à redução de investimentos, de acordo com o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Soares. Entre janeiro e setembro deste ano, os investimentos executados responderam a apenas 37,4% dos R\$ 91,5 bilhões previstos para o ano, R\$ 34,3 bilhões.

Em 2016, em plena recessão e desarranjo das contas públicas, que tiveram rombo recorde de pouco mais de R\$ 160 bilhões, as estatais investiram 54,3% dos R\$ 76,2 bilhões orçados. Soares reconheceu que essa redução de investimento também ajudou na diminuição das dívidas dessas empresas. Conforme dados do boletim da Sest, o endividamento total passou de R\$ 544 bilhões, em 2015, para R\$ 409 bilhões em setembro, um recuo de 24,8%.

Entre janeiro e setembro, o lucro líquido de oito grupos de empresas públicas nacionais somou R\$ 23,2 bilhões, valor 167,2% superior aos R\$ 9 bilhões registrados no mesmo período de 2016, conforme dados do boletim da Sest. Essa conta considera os resultados de Petrobras, Eletrobras, grupo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDESPar, Banco do Brasil, BB Seguridade, Caixa Econômica Federal e Caixa Seguridade. Essa volta ao azul fez as estatais elevarem o pagamento de dividendos aos acionistas de para R\$ 3,7 bilhões, no ano passado, para R\$ 6,1 bilhões, até setembro deste ano.

As 18 empresas dependentes de recursos do Tesouro Nacional consumiram, até setembro, R\$ 12,7 bilhões dos R\$ 19 bilhões a R\$ 20 bilhões previstos para o ano. O secretário disse que o Orçamento de 2018 prevê o mesmo montante para essas companhias. (RH)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Azelma Rodrigues****Título: Gás fica mais caro**

O preço do botijão de gás de cozinha aumenta hoje. A Petrobras anunciou ontem o reajuste médio de 8,9% do GLP-13, de uso residencial, para as

distribuidoras. No acumulado do ano, o gás teve alta de 68,8%. Como o reajuste ao consumidor depende das distribuidoras, a Petrobras estima uma elevação média de 4% ou R\$ 2,53, no preço. A variação foi causada pela alta do petróleo no mercado internacional, segundo a estatal.

No Distrito Federal e no Entorno, o botijão de gás de 13 litros custava, até ontem, entre R\$ 60 e R\$ 90. Era possível comprar a R\$ 70, em Taguatinga. O valor mais elevado é vendido no Plano Piloto. Alguns revendedores acreditam que pode subir para até R\$ 100, porque há a possibilidade de repasse do reajuste total fixado pela Petrobras, o que daria R\$ 98.

Em Valparaíso, o preço estava a R\$ 60. Segundo o revendedor A.J. Kelly, do Céu Azul, a tendência seria subir para R\$ 65, sem taxa de entrega. Os valores do gás de cozinha em Goiás são sugeridos pelo Sinergas do Centro-Oeste. Zenildo Dias, presidente do sindicato, diz que o valor ficará entre R\$ 75 e R\$ 80. "Mas cada revendedor toma a referência e faz seu preço", afirmou.

João Ricardo Gomes, da Kero Gás, revendedor da Asa Norte, diz que há liberdade para fixar o preço ao consumidor, em cima do que a distribuidora repassar. "A diferença de valores é porque há um conjunto de coisas" que se leva em conta. "O que encarece mesmo é o custo até o consumidor", diz. Ele conta que seu depósito fica em Samambaia. "Na satélite, entrego de moto. No Plano, tem que ser de carro, o salário do entregador é mais alto, tem a gasolina..." Além disso, tem o giro. "Em Samambaia, eu vendo de 30 a 40 botijões por dia, enquanto, no Plano Piloto, o consumo é bem menor, cerca de 15", afirmou.

Eva Souza, 49 anos, diarista residente em Planaltina, queixa-se de mais um aumento no gás de cozinha. "O salário ainda nem subiu, mas o gás, que não tem como a gente economizar, porque não tem outro jeito para fazer comida, está aumentando todo mês", desabafou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Título: Estatais federais cortaram 26 mil funcionários até setembro

As estatais federais enxugaram este ano até setembro 26,3 mil funcionários e, segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, devem encerrar o ano com um corte total de 33 mil. Segundo Soares, e o governo tem feito um enxugamento no tamanho de pessoal dessas empresas, que devem "muito provavelmente" encerrar 2017 com menos de 500 mil empregados. "Isso é plenamente factível

se realizar", frisou. No fim de setembro, as empresas estatais federais tinham 506,8 mil empregados. No fim de 2016, esse número correspondia a 533,1 mil - redução ocorrida principalmente por programas de demissão voluntária.

O secretário ainda afirmou que o governo tem procurado eliminar estatais. O número caiu de 154 em maio de 2016 para 149 empresas em setembro deste ano. "A redução está em linha com todo o cenário fiscal que estamos enfrentando. Um ajustamento do tamanho do Estado acaba sendo necessário", afirmou.

Segundo ele, especificamente na Petrobras a redução atende também ao objetivo de enxugar a participação da empresa em atividades não essenciais. "Estamos reduzindo um número interessante na Petrobras. A ideia é que a empresa se mova para as áreas foco de atuação, que é exploração de petróleo e gás natural e refino. Então, nada mais natural do que a redução do número de subsidiárias na Petrobras", disse.

Ele afirma que não há uma meta para a redução do número de estatais e que a preocupação do ministério não é apenas fiscal. Uma das questões a serem consideradas, exemplificou, é a análise sobre a necessidade da atuação estatal em mercados já ocupados pela iniciativa privada. "A atuação é em um mercado suficientemente desenvolvido? Se sim, podemos pensar em outro mecanismo", afirmou.

O lucro líquido de oito estatais federais chegou a R\$ 23,2 bilhões ao fim de setembro, o que representa um crescimento de 167% em relação a um ano antes. Os números consideram apenas as que publicam resultados trimestrais. Estão incluídas na análise os grupos Petrobras, Eletrobras, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDESPar, Banco do Brasil, BB Seguridade, Caixa e Caixa Seguridade. A principal evolução foi do grupo Petrobras, que saiu de prejuízo de R\$ 15,8 bilhões nos primeiros nove meses do ano passado para lucro de R\$ 5,7 bilhões neste ano.

O secretário também afirmou que as seis distribuidoras do grupo Eletrobras têm previsão de serem vendidas até abril do próximo ano. Apesar disso, ele sinalizou que o processo pode atrasar. "O conselho de administração pediu um tempo a mais para analisar [a venda das distribuidoras]. É uma operação que envolve recursos de bastante montante. E a ideia é leilão em abril do próximo ano, mas atrasar esse tipo de processo infelizmente é a regra", afirmou.

As distribuidoras da Eletrobras a serem vendidas ficam nas regiões Norte e Nordeste e são deficitárias, segundo o BNDES. O leilão oferecerá ao mercado a Boa Vista Energia, de Roraima, a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a Companhia Energética de

Alagoas (Ceal); a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e a Amazonas Distribuidora de Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Carolina Mandl e Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Quatro grupos se articulam para disputar gasoduto TAG

Cerca de uma semana antes da entrega das propostas não vinculantes para a aquisição do gasoduto Transportadora Associada de Gás (TAG), controlado pela Petrobras, ao menos quatro consórcios se articulam para disputar o ativo, segundo o **Valor** apurou. Esses grupos devem ser liderados por Mubadala, Engie, Pátria Investimentos e Macquarie.

Cada um desses líderes tem mantido conversas com outras empresas e investidores, já que o valor a ser pago pelo gasoduto é alto demais para ser financiado individualmente. No ano passado, a Petrobras vendeu o gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS), que também pertencia à TAG, para a Brookfield por US\$ 5,08 bilhões.

Agora a Petrobras colocou à venda 90% da Nova Transportadora do Nordeste (NTN), que faz o transporte e a armazenagem de gás natural nas regiões Norte e Nordeste do país, com 3 mil km de extensão. A expectativa é que essa alienação, bastante importante para o programa de desinvestimentos da Petrobras, pelo menos atinja a cifra da NTS.

A estatal conta com essa venda para cumprir a meta de desinvestimento de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. O IPO da BR Distribuidora, a ser concluído na semana que vem, também é uma peça importante desse plano.

A avaliação de potenciais compradores é que a NTN ofereça um retorno menor do que a NTS, mas ainda elevado. "Muitos investidores que ficaram de fora da disputa por NTN se surpreenderam com o retorno que a Brookfield está obtendo e agora devem entrar", diz uma pessoa próxima à Petrobras. Outra fonte diz que neste primeiro momento a NTN está dando um retorno ainda maior que o esperado porque os investimentos estão abaixo do previsto na modelagem.

Entre as parcerias consideradas como prováveis é a do Mubadala, empresa de investimentos de Abu Dhabi, com a EIG Global Energy Partners. Ambos já são sócios na Prumo, antiga LLX, criada por Eike Batista.

Outro consórcio pode se formar entre o Pátria e a gestora americana de fundos de private equity Blackstone. Ambos já são sócios desde 2010, quando a Blackstone comprou 40% da firma brasileira. O Pátria ainda pode chamar para participar do consórcio investidores de seus fundos. Neste caso, eles co-investiriam com a gestora brasileira. Um pré-requisito do Pátria, porém, é que ele fique à frente do comando do investimento a ser feito.

Já com experiência na atividade de gasodutos, a australiana Macquaire, que tem US\$ 370 bilhões sob gestão e é uma das maiores operadoras de gás natural dos Estados Unidos, deve liderar um dos consórcios e atrair parceiros.

Procurada, a geradora de energia Engie afirmou que "tem interesse na cadeia de valor do gás natural no Brasil e observa, com atenção, todas as oportunidades nesse segmento de mercado, inclusive a mencionada [TAG]".

Entre os investidores que devem se unir a um desses quatro consórcios estão a Itaúsa e a Cambuhy, gestora de recursos que tem como um de seus sócios o banqueiro Pedro Moreira Salles. A Itaúsa, holding de investimento das famílias Setubal e Villela, ligadas ao Itaú Unibanco, já investiu no NTS no ano passado, junto com a Brookfield, e tem sido assediada pelos consórcios. O mesmo acontece com a Cambuhy, que tem entre seus investimentos a Eneva, produtora de gás. Até agora, porém, não está claro a quem ambos podem se unir.

A Brookfield não deve entrar na disputa desta vez como líder de consórcio, embora ainda exista uma chance de participação minoritária, segundo uma fonte.

O processo de venda do gasoduto é coordenado pelo banco Santander. As propostas devem ser entregues na semana que vem, depois de a Petrobras adiar o cronograma inicial da venda em cerca de duas semanas.

Mubadala, Pátria, Itaúsa, Cambuhy e Macquire informaram que não comentariam o assunto. A Petrobras e a Brookfield não se manifestaram sobre o pedido de informações até o fechamento desta reportagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: BMW e EDP investem R\$ 1 milhão em recarga

Quem trafegar nos próximos dias no trecho que liga Rio a São Paulo, na Via Dutra, poderá se deparar com uma cena inusitada: um carro elétrico sendo

guinchado. Isso não significa que o motorista não sabe que um modelo elétrico ainda não tem autonomia para rodar 400 quilômetros. Nem tampouco que ele esqueceu-se que não encontraria tomadas no meio do caminho.

Num investimento de R\$ 1 milhão, a alemã BMW e a empresa de energia portuguesa EDP fecharam parceria para instalar postos de recarga no trecho que liga as duas maiores capitais do Brasil. Até que o projeto seja concluído a melhor maneira de testar os pontos ideais para instalar os equipamentos é levando o próprio carro, um BMW i3, para a pista. Daí a necessidade do guincho.

Com previsão de funcionar a partir do primeiro trimestre de 2018, seis pontos de recarga serão instaladas em postos Ipiranga ao longo da Dutra. No equipamento importado, produzido pela Efacec, de Portugal, será possível obter 80% de recarga das baterias em 25 minutos. Tempo suficiente para um lanche no posto, que vai pagar a conta de energia.

Com três tipos diferentes de tomadas, veículos de qualquer marca poderão usar o equipamento. "É a democratização da recarga", afirma a diretora de marketing da BMW do Brasil, Dina Dragone. Segundo ela, a proposta de oferecer o serviço na estrada é um passo para desmistificar a ideia de que carro elétrico só pode ser usado no meio urbano.

Antes da parceria com a EDP, a BMW já tinha espalhado 70 pontos de recarga em supermercados, shoppings e postos de combustíveis do país. A montadora vendeu quase 200 veículos no Brasil desde 2014. A versão mais simples do i3 custa R\$ 159,9 mil. Mas o estoque esgotou-se em setembro.

O projeto na Dutra é considerado por Carlos Fontoura, diretor da EDP Soluções em Energia, como piloto de outros maiores. Segundo ele, que tinha um carro elétrico quando morava nos Estados Unidos, há cinco anos, a ideia é provocar a demanda: "Como oferecer energia se não há veículos elétricos nas ruas? Mas como o consumidor vai querer um elétrico se não tem onde recarregar? Criamos um plano que independe de regras de distribuição"

Segundo Fontoura, a EDP está em contato com outras montadoras e também com um banco, interessado em oferecer linhas de financiamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério mantém alta

Em sua quinta alta consecutiva, o minério de ferro atingiu o maior valor desde 14 de setembro no mercado à vista da China. Os preços da matéria-prima com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançaram 3,7% ontem, para US\$ 72,68 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Após encerrar novembro com valorização de 16,4%, a commodity já acumula ganho de 6,68% no último mês do ano. Durante o ano, entretanto, ainda há recuo, de 7,8%. A cotação média do quarto trimestre, por sua vez, bateu os US\$ 62,99, ainda uma queda de 11,8% sobre o terceiro trimestre e de 10,7% em comparação anual. No mercado futuro, os contratos do minério para maio, os mais negociados, encerraram em alta de 4,78% na Bolsa de Commodities de Dalian, a 548 yuans (US\$ 82,80).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM vê irregularidade em aumento de capital da Coelba

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), subsidiária da Neoenergia, retirou a proposta de aumento de capital da pauta da sua assembleia depois que o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) verificou a existência de ilegalidade no processo. A reunião foi realizada ontem.

Um grupo de minoritários formado por Argucia Income Fundo de Investimento em Ações, Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado, Sparta Fundo de Investimento em Ações e Galileu Fundo de Investimento Multimercado entrou com um pedido de suspensão da assembleia. Eles contestaram o aumento de capital de até R\$ 726 milhões. A Neoenergia subscreveria o valor mínimo da operação, de R\$ 700 milhões, mediante a conversão de adiantamento realizado pela controladora em 29 de setembro.

O potencial de diluição para os acionistas seria de 19,15% e o preço fixado por ação, com base no patrimônio líquido contábil da Coelba, foi de R\$ 15,0344349. Para os acionistas, o preço foi fixado de modo "incompleto e incoerente" e não reflete um valor justo.

A reclamação considerou inadequada a utilização exclusiva do patrimônio líquido da empresa para determinar o preço. Alegou, ainda, que a cotação em bolsa deveria ter sido considerada, mesmo que com menor peso. Nos últimos três anos, as ações nunca atingiram patamar inferior a R\$ 19,73, valor 30% superior ao proposto.

O documento entregue à CVM menciona dois diferentes laudos de avaliação que não foram considerados e que apontam valor do papel de R\$ 33. O mais recente deles confirmou os valores na ocasião da fusão entre Neoenergia e Elektro. Para os minoritários, o grau de alavancagem da companhia e a ausência de outros meios de capitalização no curtíssimo prazo não justificariam a exclusão da perspectiva de rentabilidade na precificação das ações.

Questionada pela CVM, a companhia alegou que a fixação do preço foi decisão da administração e que a adoção do patrimônio líquido contábil visou os interesses da Coelba. Já o critério da cotação foi descartado por causa do baixo volume de negociação dos papéis nos últimos anos.

Também afirmou que os laudos apontados foram elaborados em operações de reestruturação societária envolvendo os controladores, sem participação da administração da Coelba, e que por isso inviabilizaria sua utilização.

A decisão do colegiado acompanhou a área técnica. O presidente da CVM, Marcelo Barbosa, declarou-se impedido e não participou da decisão.

"A SEP [Superintendência de Relações com Empresas] entendeu que a administração da Coelba não justificou, de forma pormenorizada, a escolha do critério de fixação do preço das ações a serem emitidas no aumento de capital a ser deliberado", diz a ata. Para a área técnica, a ausência de um critério "plenamente justificado" para determinar a conversão desses créditos em ações dificultaria a aferição da imparcialidade na decisão e não afastaria a possibilidade da ocorrência de diluição injustificada de acionistas. Mas não impede que a questão eventualmente continue a ser apurada, destacou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale reduz meta de endividamento para US\$ 10 bilhões

A Vale vai continuar a perseguir a redução do endividamento uma vez que para uma empresa de commodities - sempre sujeita às variações de preços no mercado - carregar dívida representa risco elevado. "Uma empresa como essa não pode ter dívida", disse ontem o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman. Ele afirmou que a meta da companhia é reduzir a dívida para US\$ 10 bilhões, mas não citou prazos. Ao fim de setembro, a dívida líquida da Vale era de US\$ 21 bilhões. Na ocasião, a empresa indicou projeção de dívida líquida entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões para o fim de 2017.

Ao palestrar ontem no seminário "Reavaliação do risco Brasil", promovido pela Fundação Getúlio Vargas, com apoio do **Valor**, no Rio, Schvartsman citou quatro "alavancas" que devem ajudar a criar valor e melhorar a percepção do mercado em relação à companhia. Citou performance, estratégia, governança e sustentabilidade. Disse que se esses pilares apresentarem os resultados previstos a Vale não precisará mais recorrer a dívida para fazer investimentos. "Poderá investir usando o próprio equity [capital], o que é alinhado com percepção de risco dentro da ideia de que empresa de commodities não pode fazer dívida", disse Schvartsman. Para atingir esse objetivo, porém, as ações da empresa precisam se valorizar para que possam ser usadas como "moeda" para investimentos futuros.

"Primeiro vamos reduzir dívida e depois pagar dividendos como a companhia nunca pagou na história. Passa a ser política deliberada de pagar dividendos de maneira alta porque o objetivo não é ficar com caixa e nossos investimentos são para serem feitos com as nossas ações", disse Schvartsman. Na parte dos debates, o executivo foi questionado pelo economista Geraldo Langoni, da FGV, sobre a política de investimentos da mineradora. Schvartsman disse que o caminho para a Vale é demonstrar, em primeiro lugar, que é capaz de entregar resultados "adequados" nos investimentos feitos. Uma vez que os resultados apareçam, a Vale poderá "fazer o que quiser" em termos de investimentos, disse Schvartsman. "O que não falta são oportunidades." Mas destacou que a prioridade será investir melhor que no passado. "A alocação de capital é um mantra para todas as empresas do setor."

Na apresentação, o executivo fez uma crítica à atuação do setor de mineração no "superciclo" das commodities, quando o minério de ferro atingiu cotações próximas de US\$ 200 por tonelada. Segundo ele, houve "destruição de valor" nesse momento de altos preços, quando a indústria mineral investiu cifras elevadas, tendo de fazer frente a compromissos financeiros e pagar dividendos, tudo ao mesmo tempo, o que levou ao endividamento das empresas. Essa política fez com que entre 2010 e 2016 a maioria das empresas do setor tivesse queda nas notas de crédito.

A Vale seguiu a mesma lógica: investiu demais e não produziu bons resultados com os investimentos feitos naquele período. "A Vale investiu uma quantidade absurda em diversos negócios, especialmente em níquel, e não produziu nem perto do resultado que deveria frente ao investimento que fez", afirmou Schvartsman.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Itaipu bate recorde

A hidrelétrica binacional de Itaipu, controlada pela Eletrobras, registrou em novembro a maior produção de sua história para o mês. Ao todo, Itaipu produziu 8,836 milhões de megawatts-hora (MWh) no mês, volume 6,4% maior que o recorde anterior de novembro, registrado em 2016, e 11,2% superior ao apurado em novembro de 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Agronegócios**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo**Título:** Produtor de cana quer receber prêmio

Pressionados pela queda das cotações do açúcar, que afetou o valor da cana nas lavouras, os produtores querem agora receber um prêmio, além do valor atualmente estabelecido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Etanol (Consecana), baseado em alguns "méritos". A proposta foi apresentada pela Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul (Orplana), que representa 8,4 mil produtores que entregam às usinas cerca de 10% do volume de cana do país, e tem gerado uma intensa queda de braço.

A proposta da Orplana é que a remuneração adicional seja calculada com base em vários fatores. Estão na lista tempo de contrato com as indústrias, conformidade do produtor com normas de segurança do trabalho e com medidas ambientais (como destinação adequada de embalagens), capacidade de entregar cana no ritmo adequado à programação da usina, menor custo de produção e menor quantidade de impurezas na cana.

Segundo Celso Albano, gestor executivo da Orplana, a proposta foi apresentada para solucionar aquilo que os fornecedores identificam como uma "defasagem" do atual modelo de pagamento.

Atualmente, o cálculo do valor pago aos fornecedores previsto no Consecana leva em consideração a quantidade de açúcares totais recuperáveis (ATR) por tonelada de cana - quantidade de sacarose obtida após o processamento da cana -, além das variações de preços de açúcar e etanol. Dessa forma, em épocas de baixos preços baixos, cai também a remuneração dos produtores.

Como as cotações do açúcar desabaram neste ano por causa da mudança de uma situação de deficit global de oferta para superavit, a remuneração calculada pelo Consecana também caiu. De abril, primeiro mês da safra, até outubro, o valor do ATR pago ao fornecedor caiu 15,5%, para R\$ 0,5490 o quilo. No acumulado da safra, o valor do ATR está em R\$ 0,5710 o quilo, 11,5% inferior ao valor do mesmo período da temporada passada.

Para a indústria, porém, as únicas alterações admissíveis são as que proporcionam ganho aos dois lados, com aumento da receita global da cadeia. É o caso do baixo nível de impurezas, que reduzem o custo da indústria, afirma Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unia, entidade que representa as usinas "Se [a mudança] for na premissa de transferência de renda, dificilmente terá acordo", diz.

Os produtores argumentam que seus custos estão crescendo mais que os da indústria. "Os custos agrícolas aumentaram bem mais rápido e proporcionalmente mais que os industriais nos últimos anos, porque a cana se tornou uma cultura de capital intensivo maior", afirma José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, presidente da Agroterenas, uma das maiores companhias de produção de cana do país, responsável por 75 mil hectares.

A maior fonte de pressão, diz, tem sido o custo financeiro, que pesa para quem paga arrendamento. Outro custo importante decorre da mecanização da colheita, que além de ter elevado o dispêndio com máquinas reduziu a produtividade das lavouras, afirma o executivo.

Sobrinho avalia que o preço pago aos produtores só tem proporcionado margem positiva para quem tem produtividade acima de 80 toneladas o hectare. "Mas a média em cinco anos foi 77 toneladas. Então, na média, há prejuízo".

Padua, por sua vez, argumenta que o fornecedor precisa ser mais produtivo e investir mais em tecnologia e renovação de canavial para diluir seus custos. Para ele, o modelo Consecana é uma referência e, "dependendo do local, não se paga apenas o Consecana" e há o "reconhecimento da importância do fornecedor".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros quer reduzir fatia em empresas

Segundo maior fundo de pensão do país, a Petros, dos funcionários da Petrobras, quer ter uma carteira de ativos de renda variável mais pulverizada. A ideia é se desfazer de posições de controle e de participações relevantes em empresas, afirma o presidente do fundo de pensão, Walter Mendes. Assim como fez a Previ, fundação do Banco do Brasil, a fundação deve intensificar a gestão ativa dos investimentos e ganhar mais liquidez para fazer frente ao pagamento de benefícios que em 2017 deve somar R\$ 5,4 bilhões.

Um dos planos da Petros, exatamente o que tem mais participação em empresas, passa por um equacionamento para cobrir um déficit de R\$ 27,7 bilhões, sendo que os participantes da ativa e aposentados terão de fazer contribuições adicionais, nos próximos 18 anos, para cobrir R\$ 14 bilhões.

A Petros já vendeu em bolsa os 10,2% que possuía da empresa de shoppings Iguatemi e levantou R\$ 567,7 milhões. E é da mesma forma que pretende fazer com outras participações. Só que o valor recebido meses atrás é pequeno comparado às posições mais relevantes, caso de BRF (que detém 11,41%) e Itaúsa, em que é dona de 15,27% dos papéis preferenciais. Juntas, elas são avaliadas em mais de R\$ 9 bilhões.

No total, a carteira de participações da Petros chega a R\$ 15 bilhões. E a maioria expressiva, quase R\$ 14 bilhões, está alocada no PPSP, plano de benefício definido que concentra a maior parte dos investimentos problemáticos. É neste plano, com 65.183 assistidos e 4.684 ativos, que o fundo de pensão precisa de mais liquidez.

"No PPSP essa posição de participações é tão grande que torna a gestão inflexível. Sair de uma participação desse tamanho requer um cuidado enorme", afirmou Mendes. Não há um calendário estabelecido para as vendas. Tudo vai ocorrer "quando e se houver" oportunidade, acrescentou, referindo-se ao preço das ações. O conselho deliberativo precisa aprovar essas operações, que não ocorrerão de uma só vez. Mendes lembra que 2018 será um ano de muita volatilidade, com eleições e reforma da Previdência, o que requer ainda mais cuidado da fundação.

A fatia da Petros na Vale, avaliada em R\$ 2,6 bilhões, ainda se dá por meio do veículo de investimentos Litel. Com as mudanças na governança da empresa, que prevê listagem no Novo Mercado da B3 e controle pulverizado, Mendes não descarta a venda desde que seja dentro de condições consideradas adequadas. "À medida em que estas ações fiquem livres, vamos tomar a decisão de vender ou não, ou colocá-las em carteira, mas já não mais como membro de uma holding que está no controle", disse.

Há ainda participações em empresas de capital aberto, mas que não são listadas em bolsa, como a Invepar - que recebeu proposta do Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi- e a Norte Energia.

A busca por ativos mais líquidos está prevista na política de investimentos da Petros para 2018, que deverá ser aprovada pelo conselho deliberativo ao longo de dezembro. "A ideia não é reduzir a participação em renda variável, mas torná-la mais flexível. Se vendermos uma participação ela pode ser reinvestida em renda variável de mercado, seja com a gestão terceirizada seja na carteira interna", afirmou. Ainda que a política não tenha sido divulgada, a fundação já anunciou pretende que o PPSP tenha 20% do patrimônio investido em renda variável; hoje, está em 30%.

Para fazer a gestão externa de ações, a Petros selecionou doze gestores a partir de critérios da equipe de investimentos. Hoje, eles são responsáveis por gerir R\$ 2,5 bilhões - 60% do total desta carteira - e a tendência é que aumente. "Há uma diversidade e especialização grande de gestores no mercado [...]. Temos porte suficiente para darmos um mandato expressivo cobrando taxas de administração baixas", disse. A equipe interna cuida de R\$ 1,5 bilhão desses ativos, que têm maior liquidez.

Outro ponto que Mendes quer tentar intensificar em 2018 é a gestão ativa de renda fixa, algo que começou em 2017 com uma fatia pequena. "É difícil, não é simples, mas hoje temos uma equipe mais capacitada".

Os planos do executivo de marcar os títulos públicos "na curva" revelados ao **Valor** ainda não foram concretizados, mas a proposta se mantém. Hoje, estes ativos são marcados a mercado, ou seja, podem ser vendidos a qualquer momento, mas sofrem com a volatilidade diária. Ao marcá-los "na curva", os títulos são contabilizados pelo valor de compra, acrescidos da taxa desde a emissão até o vencimento. Para isso, precisam ser carregados até o vencimento.

Os Fundos de Investimento em Participação (FIP), em que os investimentos somam R\$ 2,5 bilhões (valor que também considera os fundos de investimentos em cotas e os imobiliários) apenas no PPSP, ainda são uma dor de cabeça para Mendes. "Estamos tentando sair dos FIPs. Esse é o nosso grande objetivo, mas não é simples sair" disse. Para isso, uma das alternativas é vender a fatia no mercado secundário ou encerrar esses fundos. "É muito, muito difícil. Temos coisas em andamento que estamos tentando finalizar. Os FIPs em sua maioria são muito problemáticos. O único FIP que deu alegria foi o FIP Barcelona", disse, referindo-se ao ativo que teve valorização com o IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) do IRB, mas estava totalmente alocado no plano PP-2.

Para esse plano, de contribuição definida e que não tem os mesmo problemas de liquidez ou déficit, a proposta da política de investimentos é aumentar a fatia em renda variável, investimentos estruturados e crédito privado. O plano também deve ter uma gestão mais ativa tanto em renda fixa quanto em bolsa.

No ano até setembro, o PPSP acumula alta de 8,51%, acima da meta de 6,22%. No PP-2, o ganho foi de 8,18% -o objetivo é de 6,10%. Mas Mendes se mostra cauteloso tanto quanto ao fechamento do ano quanto para o próximo, mesmo com a alta da bolsa no acumulado de 2017. "Vai depender deste final de ano que é muito volátil. Pode haver ajustes de ativos e eu não posso dizer [que não haverá déficit]", disse. No ano que vem, a meta atuarial da Petros deve cair para IPCA mais 5,7% - hoje é IPCA mais 5,85%. Do lado da gestão, ainda que o objetivo seja menor, o executivo lembra que a bolsa já subiu por dois anos seguidos. "As taxas do mercado também estão mais baixas", lembrou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Participantes questionam plano para cobrir déficit

Participantes e aposentados da Petros se mobilizam contra o plano de equacionamento do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, que pretende sanar o rombo de R\$ 27,7 bilhões. Além de reivindicarem que o pagamento extraordinário seja pelo valor mínimo, as associações contestam o montante estipulado pela fundação, que considera, por exemplo, dívidas da patrocinadora ou maus resultados decorrentes de gestão temerária dos planos.

A Associação dos Mantenedores Beneficiários Petros (Ambep) prepara uma ação civil pública para contestar a cobrança como foi estruturada. A entidade aguarda a implementação do plano para entrar com o pedido na justiça. Para o grupo, o equacionamento como foi feito não está correto. Dívidas das patrocinadoras e gestões fraudulentas ou temerárias não deveriam entrar nesta conta, disse o diretor Pedro Carvalho.

"Queremos que o plano de equacionamento seja revisto", disse, acrescentando que os participantes não se incomodariam de pagar valores correspondentes a investimentos que tiveram desempenho ruim por conta da situação econômica. A Ambep tem cerca de 35 mil participantes e 18 mil decidiram participar da ação.

Outra entidade que questiona o plano é o Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (Gdpape), que já notificou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) mais de uma vez. Entre suas alegações está

o fato de que o equacionamento foi aprovado sem que tivesse sido concluído o recadastramento que atualiza a base de dados da Petros - algo que está em andamento.

Também questiona os cálculos para atualização da composição da família real, que pressionaram o déficit. A associação quer que o regulador "proceda imediata fiscalização" na fundação. "Diante do impacto e da urgência, que suspenda a entrada do plano de equacionamento até que fique corrigida a base de cálculo e a sua apuração", diz uma das denúncias.

Ontem, cerca de 250 pessoas, entre funcionários ativos da Petrobras e aposentados, realizaram manifestação em frente à sede da Petros, no centro do Rio, contra o equacionamento. Foi entregue notificação extrajudicial e abaixo-assinado com denúncias e reivindicações. Entre elas, pedem que as patrocinadoras sejam responsabilizadas financeiramente pela designação de gestores acusados de corrupção, por exemplo.

A Petros aguarda aprovação das autoridades competentes para iniciar as contribuições. Ao mesmo tempo, a nova política de investimentos visa dar mais liquidez aos investimentos. "Estamos fazendo o que precisa ser feito para o equacionamento. Não vamos deixar de olhar alternativas. Continuamos preocupados com o peso que é para os participantes", disse o presidente da Petros, Walter Mendes. Ele disse que vai procurar reduzir o peso das contribuições, mas não pode "vender sonhos".

MME / ASCOM .